

ESTADO ATUAL



Regime Florestal

O Cerne da Resiliência e Sustentabilidade da Floresta

O Regime Florestal é um dos pilares estruturantes da floresta pública nacional, que se traduz num conjunto de regras que são aplicadas no território e que tem como objetivo criar e manter a floresta, produzindo madeira e todos os outros recursos que os ecossistemas florestais têm e originam.

O Regime Florestal obriga a que os terrenos tenham sempre um uso e uma ocupação florestal, permitindo que a floresta crie riqueza nacional, proteja os solos da erosão e as planícies sejam melhor aproveitadas, melhore o clima e a qualidade da água, impeça as areias do litoral de avançar para os terrenos do interior, e aumente a produção e a oferta de serviços do ecossistema, mantendo a biodiversidade e incrementando a fixação do carbono e a qualidade do meio ambiente.

Falar de Regime Florestal e da sua floresta é conhecer o nosso passado e a nossa história florestal, pois só assim compreendemos o nosso presente e podemos perspetivar o nosso futuro. O Regime Florestal é um corpo legislativo robusto e estável e que se inicia em 1901, é regulamentado em 1903 e sucessivamente aplicado, mantendo no ano de 2022 a sua atualidade e vigência.

Por Decreto de 24 de dezembro de 1901 é definido o conceito de Regime Florestal, sendo este regulamentado, também por Decreto, em dezembro de 1903. Estes dois diplomas, em vigor, são hoje um documento técnico florestal de importância inestimável, sendo a origem e o cerne de muitos conceitos e orientações técnicas, constituindo a base dos princípios que norteiam a gestão florestal e os instrumentos de intervenção no património florestal.

EVENTOS

3 DE MARÇO

Jornadas da Biodiversidade

Alter do Chão

<https://www.agroportal.pt/jornadas-da-biodiversidade-3-de-marco-alter-do-chao/>

10 DE MARÇO

IUFRO – Webinar Series “Pine Silviculture: International Success Factors”: Management of Scots Pine (*Pinus Sylvestris*) for Resilience – A Central European perspective

https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN_x-oeBQDEcREGAyZyWOrqETg
Email: tfonseca@utad.pt

16 DE MARÇO

Webinar: An Integrated Program of Wildfire Risk Management – The Case of Portugal
https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN_qXp_dRnNT4WfK7tulN4yUA

22 DE MARÇO

IUFRO – Webinar Series: Nontimber forest products and bioeconomy in the European Union
Email: james.l.chamberlain@usda.gov
<https://srs.fs.usda.gov/webinars/ntfp/>

27 A 29 DE MAIO

EXPOFLORESTAL

<https://expoflorestal.pt/pt/>

O Regime Florestal, sendo essencialmente de utilidade pública, incumbe por natureza ao Estado, podendo, no entanto, e sob a sua tutela, ser administrado e gerido por outras entidades quer públicas quer privadas.

Tem duas categorias: a primeira categoria é a do Regime Florestal Total, a qual é aplicada em terrenos do domínio privado do Estado, dando assim origem às Matas Nacionais. A sua segunda categoria é a do Regime Florestal Parcial, a qual é aplicada em terrenos das autarquias, em terrenos dos particulares, ou em terrenos das comunidades locais, dando origem aos denominados Perímetros Florestais.

Os vários diplomas que criaram e regulamentaram o Regime Florestal são hoje a base do conhecimento das Matas Nacionais, dos Perímetros Florestais e de todas as outras áreas submetidas a este Regime, e contêm preceitos técnicos que são aplicados na gestão destas áreas, consagrando a imperatividade da criação de riqueza florestal, da manutenção e gestão dos diversos recursos associados, e da conservação da biodiversidade.

Nos quadros 1 e 2, encontramos sistematizados os dados da aplicação do Regime Florestal (as últimas submissões a este regime acontecem na década de 1980).

Quadro 1 - Áreas submetidas a Regime Florestal.

Regime Florestal	Continente	Áreas em hectares		
		Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Portugal
Total	52.110	0	6.040	58.150
Parcial	474.700	31.670	6.100	512.470
	526.810	31.670	12.140	570.620

Quadro 2 - Percentagem das áreas submetidas a Regime Florestal.

Portugal	Áreas em hectares		
	Área de Floresta *	Área submetida a Regime Florestal **	%
Continente	3.324.000	526.810	16
Região Autónoma dos Açores	48.500	31.670	65
Região Autónoma da Madeira	32.300	12.140	38

* Inventário Florestal Nacional 6, 2015.

** REFLOA - regime florestal e outras áreas (ICNF, I.P. janeiro, 2022); Germano, M.A. - Regime Florestal. Um Século de Existência. Lisboa: DGRF. 2004.

Podemos observar que, para o Continente e para a Região Autónoma da Madeira, as áreas de submetidas a Regime Florestal têm uma expressão de 527 mil hectares e de 12 mil hectares, respetivamente, e constituem cerca de 16% e 38% da respetiva área total de floresta.

UMA FIGURA, UM EVENTO, UMA IMAGEM, UM PENSAMENTO



Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria 2019-2038

A Mata Nacional de Leiria (MNL), Pinhal d'El-Rei ou Pinhal de Leiria é uma floresta emblemática da engenharia e ciências florestais portuguesas e também do país. A MNL tem origem nas plantações decretadas por D. Afonso III (séc. XIII), posteriormente expandidas por D. Dinis (séc. XIII e XIV). A tutela da sua gestão tem acompanhado a evolução da organização administrativa nacional, encontrando-se atualmente sob responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

A ligação da MNL às ciências florestais tem sido uma marca da sua gestão. Foi com base em trabalho conduzido na MNL que foram feitas as primeiras referências ao uso do fogo controlado em Portugal por Frederico Varnhagen. O programa de melhoramento do pinheiro bravo em Portugal assenta em material genético recolhido em 85 árvores plus da MNL, com base no qual se constituíram os dois pomares clonais da Mata Nacional do Escaroupim. Este material permitiu ainda o estabelecimento do programa de melhoramento do pinheiro bravo na Austrália.

Em outubro de 2017 a MNL foi atingida por dois incêndios que afetaram severamente 85% da sua área e conduziram a uma acelerada degradação de toda a sua área. A comunidade científica prontificou-se a colaborar na resposta aos trágicos eventos integrando a Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais. Composta por investigadores de oito instituições nacionais, esta Comissão elaborou em tempo record um extenso e detalhado relatório de apoio às decisões a tomar para o restabelecimento da MNL.

Em janeiro de 2022, mais de quatro anos após os incêndios de 2017, o ICNF divulgou e submeteu a apresentação pública o Plano de Gestão Florestal da MNL para o período 2019-2038. As reações ao PGF elaborado não foram favoráveis. Foram levantadas, por entidades públicas e privadas e organizações não governamentais, inúmeras questões relativas ao conceito de Mata Nacional adotado, às espécies e modelos de silvicultura privilegiados, mas sobretudo ao modelo de governação proposto. Aguardam-se agora os resultados do processo de consulta pública, na esperança de que a versão final incorpore algumas das visões e melhorias propostas pelos participantes.

Contudo, para a Região Autónoma dos Açores as áreas correspondentes têm uma maior expressão, totalizando cerca de 32 mil hectares, i.e. 65% da respetiva área total de floresta.

O Regime Florestal permitiu que com grande dimensão e tendo sempre presente o interesse público nacional, fosse criado o património florestal público do país, potenciando em larga escala a existência de recursos florestais de grande importância para a economia, tendo a floresta uma grande vocação silvícola, a qual não se pode dissociar da elevada produção e oferta de serviços do ecossistema, da manutenção da biodiversidade e da fixação do carbono.

A gestão florestal qualificada do património florestal do domínio privado do Estado, ou do pertencente às autarquias ou às comunidades locais feita segundo as regras do Regime Florestal, permite a valorização dos serviços prestados, e o aumento da resiliência e da sustentabilidade da floresta nacional criada e mantida tendo patente a manutenção das regras decorrentes da servidão florestal pública administrativa Regime Florestal, sendo um dos suportes estruturantes com que foi edificada e assenta a sustentabilidade da nossa floresta, contribuindo para a sua manutenção e valorização, sendo matéria transversal e multidisciplinar a toda a sociedade.

Sendo o Regime Florestal a base da nossa floresta e do seu futuro, o que é tanto mais importante numa época em que o plano de recuperação europeu irá produzir um reforço significativo de fundos públicos da União Europeia e a uma maximização das respostas a dar por Portugal, tomando medidas para reparar os dados económicos e sociais causados pela pandemia, ter presente a importância das áreas submetidas a Regime Florestal, das Matas Nacionais e dos Perímetros Florestais e da sua resiliência e sustentabilidade é de inegável importância para um setor de atividade económica de grande expressão no tecido social e empresarial e na balança comercial do país, essenciais à sociedade portuguesa e constituem a base para o cumprimento das metas de políticas e acordos nacionais e internacionais na área do ambiente, do desenvolvimento sustentável e do bem-estar dos portugueses e do planeta.

O Regime Florestal pertence à categoria da grande legislação de outro século. Na floresta da legislação e dos conceitos técnicos florestais, é uma das árvores mais belas, mais forte, mais alta.

É um normativo único, irrepetível, um monumento legislativo com mais de um século de existência, de natureza complexa, que mantém toda a sua vitalidade na manutenção do papel da floresta na produção de bens lenhosos e não lenhosos, na conservação da biodiversidade, na fixação do carbono e na redução do uso de combustíveis fósseis.

A floresta, subordinada à servidão pública administrativa Regime Florestal, tem patente a sua grande vocação económica, que é muito mais do que a produção de madeira, sendo a base de uma diversificada oferta de serviços do ecossistema.

A gestão e a exploração da floresta fazem-se pensando à perpetuidade, de forma sustentada, sendo um recurso que existe dadas as intervenções florestais no território por quem nos antecedeu. Pois se nada se passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente.

Maria Adelaide Germano
Engenheira Silvicultora
Técnica Superior ICNF

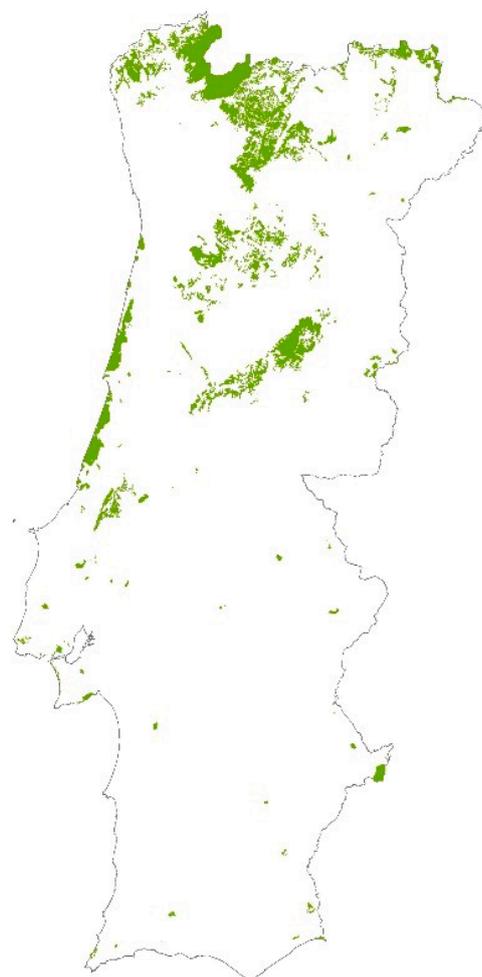


Figura 1 – Áreas submetidas a Regime Florestal
Fonte: REFLOA – regime florestal e outras áreas

INVESTIGAÇÃO

O PROJETO GO REGACORK E O PORQUÊ DE REGAR NOVOS POVOAMENTOS DE SOBREIRO

Inventariaram-se, em 2015 (IFN6), cerca de 720 mil hectares de sobreiro (*Quercus suber* L.), menos aproximadamente 11 mil ha do que no inventário florestal nacional de 2005. Mais grave do que a redução na área, é a redução da densidade dentro dos povoamentos. As alterações climáticas, pragas e doenças e/ou as práticas de gestão inadequadas, tais como mobilizações do solo e intensificação agro-pastoril, têm conduzido os povoamentos à perda de vitalidade e declínio generalizado, resultando numa redução da produtividade. Também por razões de ordem económica, devido ao preço da cortiça, aos custos de exploração e, muito principalmente, às políticas agrícolas, a área ocupada pelo sobreiro, bem como a densidade dos montados, tem vindo a diminuir acentuadamente. Assim, se nada for feito, é de prever que, a médio prazo, a oferta de cortiça não satisfaça a procura. A cortiça, cuja indústria contribui para o PIB anual português em cerca de 1.2%, sofreu quebras de produção na ordem dos 2.7% nos últimos 10 anos, tanto em quantidade como em qualidade.

A cortiça, produto histórico de elevada importância sociocultural e ambiental, é responsável em grande parte pela rentabilidade da exploração, sendo a cortiça de reprodução, amadia, a mais valorizada, permitindo a produção de rolha de cortiça natural quando apresenta boa qualidade. Até se obter cortiça amadia, o sobreiro é descortiçado 3 vezes, podendo demorar cerca de 40 anos em povoamentos tradicionais de sequeiro. A primeira extração, ou desbóia, ocorre quando a árvore atinge 70 cm de circunferência à altura do peito, parâmetro legislado, e que muitas vezes ocorre quando a árvore tem mais de 20 anos. De forma a antecipar a desbóia e a obtenção de cortiça de reprodução (retirando-se a rega nesse momento), mitigar eventos de stress hídrico, promover a vitalidade das árvores e favorecer o crescimento de sobreiros, foi desenvolvido o Grupo Operacional Regacork – rega eficiente de novos povoamentos de sobreiro.



Figura 1 – escavação radicular para vectorização 3D, estudo de análise de distribuição e volume radicular

Este grupo, liderado pela Universidade de Évora, tem como objetivos a rentabilização de áreas marginais de perímetros de rega, aplicando-se apenas onde existe água disponível, a produção de povoamentos com maior capacidade de sequestro de carbono atmosférico, a antecipação, de forma rentável e sustentável, da produção de cortiça, a avaliação do efeito da fertirrega na formação da cortiça, a realização de estudos de viabilidade económica e a transferência de conhecimento técnico-científico para a instalação de novos povoamentos. O objetivo último da nossa investigação é aumentar a rentabilidade da produção de cortiça, tornando esta atividade o mais competitiva possível. Assim, estuda-se o maior número possível de variáveis que se admite poderem influenciar a quantidade e qualidade da cortiça produzida, de modo a que a aplicação de fatores produtivos se torne o mais eficiente possível, em particular a aplicação da água e dos fertilizantes.

Em determinadas áreas, onde exista água disponível, a produção de cortiça recorrendo ao regadio pode fazer com que esta atividade se torne muito rentável, entre outras razões, por encurtar muito o período entre a plantação e o primeiro rendimento.

Os trabalhos de investigação têm abrangido diversas áreas e utilizado tecnologias variadas, tais como a vectorização 3D de parte aérea e radicular após escavação de raízes de sobreiros com diferentes tamanhos, de forma a analisar-se distribuição e volume; análises de características da cortiça a nível macrométrico e celular; análises de condutividade do solo; gestão florestal; modelação florestal; fisiologia vegetal e estado hídrico das plantas, assim como parcerias de

várias instituições de ensino superior nacionais e internacionais (UTAD; Universidade de Ciências da Vida de Praga, República Checa; Universidade Técnica de Dresden, Alemanha) que permitem um aumento e troca de conhecimentos. A monitorização dos povoamentos através da recolha de dados dendrométricos, fisiológicos e climáticos realiza-se de forma contínua, com o objetivo de acompanhar todas as fases de desenvolvimento e crescimento das plantas.



Figura 2 – Medição pontual de humidade do solo (a) Dendrómetros em cortiça virgem e de reprodução (b)

Como parceiros do consórcio fazem parte inúmeras empresas privadas e instituições públicas, tais como Amorim Florestal, Fruticor SA, C.A H. Conqueiro SA, UNAC, ICNF, UCP, INIAV, ZEA, H. Machoqueira do Grou CRL, S.A. Cortiças Florcor, C.A. Polvorosas, H. Pinheiro.

Vários artigos científicos foram publicados e estão em fase de apreciação por revistas internacionais indexadas e será publicado em breve um Manual de gestão de povoamentos de sobreiros sobre o novo modelo de silvicultura de fertirrigação. É possível encontrar toda a informação em <https://www.goregacork.uevora.pt/>.

O ano de 2022 será dedicado à comunicação dos resultados até agora obtidos e divulgação do grupo operacional, através, sobretudo, do projeto Regacork-TraDE.

A Equipa de Investigação da Universidade de Évora



Nuno de Almeida Ribeiro; Margarida Vaz ; António Pinheiro
João Mota Barroso; Constança Camilo-Alves; Ana Patrícia Poeiras
José Nunes; João Ribeiro; Manuela Correia; Marta Maymone

VISITA TÉCNICA

UNIVERSIDADE DE ÉVORA RegaCork TRaDe

23 de março de 2022

Dia Aberto da SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS a Povoamentos de Sobreiros Regados (Regasuber e Irricork)

09h30
Visita ao Ensaio Regasuber , Herdade do Corunheiro , Santana do Mato, Coruche
11h30
Deslocação para Ensaio Irricork , Herdade do Conqueiro, Avis
13h00
Merenda Coffee-Break no Povoamento
14h00
Visita ao Ensaio Irricork , Herdade do Conqueiro, Avis

Inscrições exclusivas para sócios da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais: spcf.direccao@gmail.com. Inscrições obrigatórias, limitadas e gratuitas.

Deslocação em viaturas próprias dos participantes. Aconselham-se carros altos (estradas de terra). Será enviado croqui do percurso aos participantes.

ECODENDRO
Cofinanciado por:
MED ICT ALENTEJO 2020 PORTUGAL 2020 UNIDADE EUROPEIA
Apoios: SPCF GO REGACORK FRUTICOR, S.A. ROVISCO GARCIA AMORIM FLORESTAL

Dia Aberto num ensaio GO Regacork para os sócios da SPCF

No dia 23 de março, e como comemoração tardia do Dia da Floresta, convidamos os sócios da SPCF a conhecer um dos ensaios de sobreiros regados do GO Regacork. Será possível observar a condução do povoamento, as ações de gestão e o modelo de silvicultura aplicados, assim como se darão a conhecer os trabalhos de monitorização efectuados.

Os projetos de rega de sobreiro - REGASUBER, GO-REGACORK – visam aproveitar zonas marginais de perímetros de rega para a instalação de novos sobreirais, com apoio de fertirrega no período estival até ao descortiçamento. O objetivo dos ensaios científicos é avaliar o efeito da disponibilidade hídrica no desenvolvimento estrutural-funcional da árvore e cortiça e definir itinerários de rega eficiente para cada fase de crescimento, promovendo uma utilização sustentável da água - assim como o possível efeito da supressão de rega na vitalidade.

A visita, cujas vagas são limitadas, tem inscrição obrigatória e deverão ser feita com envio de um mail para spcf.direccao@gmail.com.

Mais informações em <http://www.spcflorestais.pt/>





a SPCF recomenda

“Fire Science. From Chemistry to Landscape Management”, por Francisco Castro Rego, Penelope Morgan, Paulo Fernandes e Chad Hoffman. Springer. 2021.

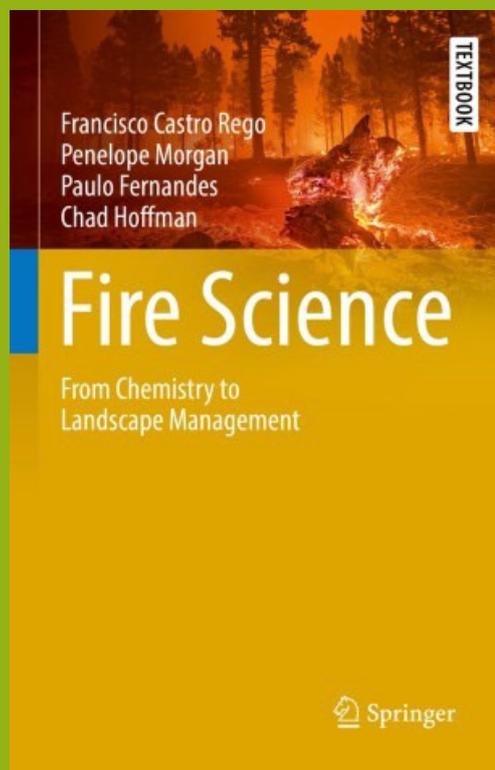
Recentemente publicado, “Fire Science. From Chemistry to Landscape Management” é um livro autoria de dois cientistas florestais portugueses, Francisco Castro Rego, Universidade de Lisboa, e Paulo Fernandes, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e dois norte Americanos, Penelope Morgan, University of Idaho, e Chad Hoffman, Colorado State University, que marca o mercado editorial na área do fogo.

É dirigido a um público diverso, mas definitivamente vocacionado para a área do fogo. Cobrindo um vasto conjunto de tópicos, fornece as bases fundamentais para a compreensão do comportamento do fogo, mas também dos seus efeitos nos ecossistemas e da sua relação com a sociedade, compilando conhecimento e tecnologia essenciais para o planeamento e gestão integrada do fogo.

Na primeira parte são analisados os processos químicos envolvidos no fogo e no seu comportamento (pré-ignição, ignição, combustão, pirolise, voláteis, transferência de calor). Na segunda, são analisados os aspetos ligados aos combustíveis, comportamento e efeitos do fogo. A propagação do fogo e a sua modelação e predição merecem aqui uma atenção particular, havendo ainda um capítulo exclusivamente dedicado ao comportamento de fogos extremos, o que se destaca pela sua originalidade e pertinência. São também cobertos os efeitos do fogo no solo, flora e vegetação e fauna e ainda diversos aspetos relativos à interação entre o fogo e a sociedade, abordados com base em serviços de ecossistema, proteção de bens e pessoas e resiliência de comunidades ao fogo, entre outros.

A última parte do livro incorpora a escala da paisagem na abordagem de promotores da dinâmica de combustíveis e sua gestão, da avaliação do regime do fogo e sua integração no planeamento e gestão integrada à escala da paisagem, terminando com a análise de fatores determinantes do fogo no futuro, como as alterações globais, incluindo o clima, o desenvolvimento socioeconómico e as espécies invasoras, entre outros.

O livro possui uma forte componente quantitativa e técnica fornecendo inúmeros recursos com elevado interesse tanto para o ensino formal como para a investigação e ainda para a formação em áreas profissionais relacionadas com o fogo e os incêndios. É, por essa razão, um livro obrigatório para estudantes e professores do ensino superior, investigadores e profissionais qualificados na área dos fogos rurais.



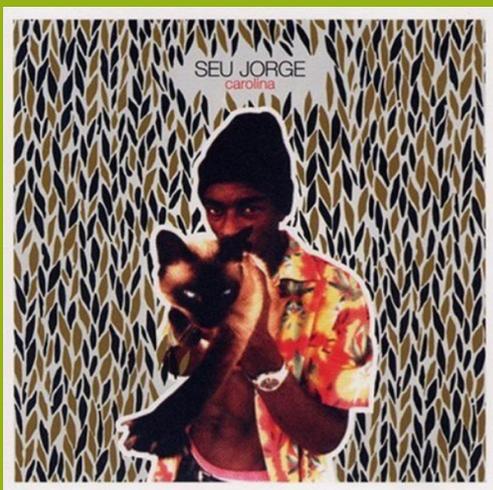


a SPCF recomenda

Nesta newsletter destacamos o tema das alterações globais e da sua relação com o ambiente e as florestas em particular, a partir das percepções e atitudes que delas têm dois músicos da maior relevância nos seus respectivos contextos musicais, mas também no mundo da música em geral.

O cantor, compositor e multi-instrumentista Seu Jorge incluiu o a canção "Hágua" (Seu Jorge, Gabriel Moura e Jovi Joviniano) no álbum "Samba Esporte Fino" (em Portugal "Carolina"), de 2002. Não foi das canções mais populares do álbum, onde tinha a concorrência de "hits" como "Carolina", pela opção rítmica do reggae em detrimento dos ritmos da família do samba, sendo mesmo mal recebida pela crítica. "Hágua" aborda de forma bastante irónica as pressões a que o ambiente e os ecossistemas estão atualmente sujeitos com consequências catastróficas ao nível da água e da sua escassez, apesar de previsões de cientistas e religiosos.

"Global Warming" é o título do álbum do saxofinista Sonny Rollins gravado em 1998. O álbum aborda temas relacionados com alterações climáticas e correspondentes causas e consequências, num alinhamento de composições maioritariamente originais e da autoria de Sonny Rollins com títulos sugestivos como "Echo-Side Blue", "Global Warming", "Mother Nature's Blues" ou "Clear-Cut Boogie". No seu estilo híper energético e híper criativo, Sonny Rollins trata a temática de uma forma positiva e otimista, reveladora da esperança que deposita na resolução dos problemas ambientais que afetam o planeta.



Gravação: Seu Jorge, Samba Esporte Fino (Carolina).
Regata (Mr Bongo). 2002.



Gravação: Sonny Rollins, Global Warming. Milestone. 1998.

Apesar de provenientes de universos culturais e tradições musicais distintas, Seu Jorge e Sonny Rollins aproximam-se pelas suas preocupações e ativismo nas causas das alterações climáticas e do ambiente, não esquecendo as florestas. As suas obras aqui destacadas e as inquietações que estas revelam, foram produzidas há mais de 20 anos. Daí para cá a consciencialização e a ação climática deram passos importantes, mas, infelizmente, insuficientes para que as mensagens de "Hágua" e "Global Warming" tenham perdido a sua atualidade.